

Parte 2 - Vertentes diferenciadas do comportamento judaico brasileiro

3º capítulo - Política e comportamento judaico

3.1 O discurso antissemita e suas múltiplas expressões

Demônios renascidos das cinzas: reflexões acerca da intolerância no século XX e XXI

Maria Luiza Tucci Carneiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARNEIRO, MLT. Demônios renascidos das cinzas: reflexões acerca da intolerância no século XX e XXI. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 662-676. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3º CAPÍTULO

POLÍTICA E COMPORTAMENTO JUDAICO

3.1 O DISCURSO ANTISSEMITA E SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES

Demônios renascidos das cinzas: reflexões acerca da intolerância no século XX e XXI

Maria Luiza Tucci Carneiro¹

Reciclando velhos argumentos:

A importância deste estudo está na sua atualidade. A partir das últimas décadas do século XX, a mídia colocou em pauta, quase que diariamente, duas temáticas que dizem respeito às minorias nacionais: a da limpeza étnica e a crise do Oriente Médio. Essas questões nos levam a refletir sobre a fragilidade da condição humana diante das calamidades e dos mitos. Em todos os períodos da História em que a palavra limpeza foi adjetivada e empregada no discurso político em composição com outra (“limpeza de sangue”, “limpo de judeus”, “limpeza étnica”), tragédias coletivas aconteceram. Articulando a retórica da exclusão em privilégio dos mais puros tivemos no passado o Tribunal do Santo Ofício e os regimes nazifascistas. Distintos em sua argumentação – por fundamentos teológicos, pseudocientíficos ou étnico-culturais -- estes discursos pregavam a higienização da sociedade que, segundo seus mentores, deveria se libertar dos elementos ditos indesejáveis ou malditos.

¹ Maria Luiza Tucci Carneiro, doutora do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Autora, dentre outros livros, de *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001; *Brasil, um refúgio nos trópicos*. São Paulo: EDUSP, 1997; *Holocausto. Crime contra a Humanidade*. São Paulo: Ática, 2000.

Nas últimas décadas do século XX, a ideia de limpeza étnica ressurgiu subsidiando propostas de extermínio de grupos considerados como indesejáveis. Retomou-se, de certa forma, o antigo conceito romano de bárbaro: aquele que não pertence ao Império e por isso não tem direito de usufruir seu convívio e seus benefícios. Este é um racismo diferenciado daquele que norteou a escravidão colonial e o nazismo, podendo ser identificado como uma nova forma de intolerância. Dependendo do inimigo-objetivo e do contexto político em que esse discurso se insere podemos nos referir a um *neoracismo cultural* e, até mesmo, a um *novo tipo de antissemitismo*.

Em ambos os casos, retoma-se o conceito de estrangeiro, enquanto símbolo do intruso ou invasor. Hoje se fala numa “Alemanha para os alemães” e não mais, como antes, numa “Alemanha para os arianos”. Dentre os grupos extremistas identificados com essa ideia temos os *skinheads* que se apresentam como defensores da supremacia branca e adotam a *Ku Klux Klan* e o nazismo como modelos enfatizando a ideia de que “Hitler não estava errado”. Expressam seu ódio aos negros, judeus, homossexuais e mendigos, além de retomarem o mito da conspiração judaica para dominar o mundo². Jovens tatuados, física e mentalmente, alimentam-se de um substancial material de propaganda racista que circula via Internet por toda Europa, Estados Unidos e América Latina.

Textos impressos sob a forma de *fanzines* (revistas produzidas artesanalmente) funcionam como verdadeiros manuais de práticas racistas. Mesmo no Brasil, esses grupos não devem ser ignorados, se avaliados no contexto das grandes migrações, processo constantemente renovado. Lembraria que o fluxo migratório é hoje uma consequência da miséria, do analfabetismo, do desemprego e dos baixos salários que caracterizam o Norte e o Nordeste do Brasil.

² Sobre o mito da conspiração judaica, ver Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. Maria Lucia Machado, 1987; Taciana Wiazovski, *Bolchevismo & Judaísmo*. A Comunidade Judaica sob o olhar do Deops. Módulo IV- Comunistas. Inventário Deops. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001; Maria Luiza Tucci Carneiro, “O mito da conspiração judaica e a Polícia Política na Era Vargas”, In: *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2002, pp.263-308; Rodrigo Patto Sá Motta, “O mito da conspiração judaico-comunista”, In: *Revista de História*. São Paulo: USP; FFLCH, O 138, 1998.

Também se propaga a ideia de uma Dinamarca para os dinamarqueses, uma Suécia para os suecos, uma França só de franceses. O argumento utilizado não é o da preservação de uma raça pura ou superior justificada com base em teorias científicas, como aconteceu em toda a Europa e, inclusive, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX. O neorracismo cultural defende o direito de ser diferente, mas com um sentido discriminatório: cada um no seu lugar, cada povo em seu país. Através de um nacionalismo extremado alega-se que a cultura e a etnia nacional estão sendo ameaçadas em sua “pureza” ao serem infectadas por estrangeiros.

Constatamos que, nestas últimas décadas, renasceu na Europa desenvolvida uma mentalidade segregacionista, apoiada na ideia de que o continente precisa ser preservado da invasão de estranhos: os pobres emigrantes do Terceiro Mundo e as levas de desempregados dos antigos países socialistas do Leste Europeu. O preconceito emerge como reação e solução para a crise econômica, para a instabilidade mundial e para a explosão demográfica. Aponta-se o inimigo – o imigrante pobre – pelo fato de estar disputando o mercado de trabalho. A ideologia do trabalho emerge travestida de outras máscaras.

Foi sobre esse prisma que a imprensa internacional denunciou a campanha de limpeza étnica levada a cabo pelos sérvios contra os kosovares e os albaneses. Estimava-se em 200 mil o total de albaneses étnicos que, expulsos de suas casas, foram dados como “desaparecidos” (leia-se aqui, como mortos, presos ou escondidos em colinas e florestas). Um número alarmante de kosovares perambulou sem rumo pelo território, clamando pela ajuda internacional. Representantes da ONU, em missão humanitária, tentaram estabelecer o nível de prejuízos humanos e materiais causados pela repressão sérvia. Os jornais anunciaram nos últimos dias do mês de maio de 1999 a intensificação da campanha de limpeza étnica desencadeada no momento em que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) liberava a *Operação Força Aliada* contra a Iugoslávia, destinada a obrigar o presidente Slobodan Milosevic, a retirar suas tropas de Kosovo e encerrar a repressão³.

³ Brasileiro diz ter provas de limpeza étnica sérvia (Reuters, Ansa, EFE, Associated Press, Franco Presse e DPA) In *O Estado de S. Paulo*, 25 de maio de 1999, p. A20.

Nesse clima de guerra e intolerância, os refugiados transformam-se, novamente, no alvo das atenções. Segundo o Alto Comissariado para os Refugiados (Acnur), órgão da ONU, cerca de 20 mil deles cruzaram no dia 24 de maio de 1999 a fronteira Macedônia e mais de 4 mil, a albanesa, num trabalho “muito bem organizado pela polícia sérvia”. Essa foi mais uma das ofensivas sérvias para expulsar os kosovares, muitos dos quais foram levados para campos de concentração em Belgrado e forçados a abrir trincheiras para o Exército. Autoridades albanesas previam um desequilíbrio étnico no país. Mas, o que há de especial em todas essas manobras que, certamente, nos deixam perplexos?

O inacreditável é que, mesmo depois da II Guerra Mundial e do Holocausto, nações ditas civilizadas continuem a insistir no mesmo erro, submergindo num total estado de amnésia e de miopia. Se retrocedermos na História da Europa e da América, inclusive do Brasil contemporâneo, verificaremos que a questão dos refugiados sempre se fez presente, pontuando as políticas nacionais e internacionais, seja como país de origem ou como país de destino. Altos-Comissariados, Comitês executivos e Comitês administrativos se apresentaram como formas repetitivas de soluções formuladas por aqueles que, diante do mundo, queriam ser reconhecidos como estados soberanos, independente das diferenças de poder. Este enfoque, segundo Montserrat Guibernau, talvez se preste a explicar a proliferação de tantas instituições internacionais que, com características humanitárias, passaram a existir após a I Guerra Mundial. Participar ou não dessas comissões transformou-se em passaporte para o reconhecimento, em termos de igualdade, de todo Estado que se pretende moderno, nacional. Isto porque “*um estado não pode se tornar soberano a não ser dentro de um sistema de outros estados soberanos, sendo a sua soberania reconhecida por estes ...*”⁴.

Sob este prisma, avaliamos o posicionamento do governo brasileiro que, enquanto Estado-Nação, renegou -- nas décadas de 30, 40 e no período imediato do pós-guerra – os refugiados judeus, tratando-os como “raça

⁴ Montserrat Guibernau, *Nacionalismos. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Trad. Mauro Gama e Cláudia M. Garoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997; GIDDENS, A. *The Nation State and Violence*. Cambridge: Polity Press, 1985, p. 199.

indesejável”⁵. Um estudo com tais características nos coloca diante de distintos processos históricos vivenciados por países europeus e americanos, a partir do momento em que esses tomaram conhecimento das perseguições antissemitas empreendidas pelo Reich. Analisando a documentação oficial produzida durante o desenrolar do Holocausto, temos a oportunidade de conhecer as atitudes e as reações dos governos latino-americanos e, em especial do Brasil, que se valeram do antissemitismo como instrumento político.

Alguns ensaios nessa direção já foram desenvolvidos por Haim Avni, da Universidade Hebraica de Jerusalém, que investigou o papel assumido pelo Peru, Bolívia, México, Bermuda e Santa Rosa diante do resgate de judeus durante o Holocausto⁶. A mesma problemática em outros países – como Argentina, Chile, México, Cuba, Canadá e Peru – foi amplamente analisada por Leonardo Senkman, Mario Sznadger, Graciela Ben-Dror, Judit Bolksker Liwerant, Rosa Perla Raicher, Daniel Lvovich, Miguel Galante e Adrian Melnizky, David Sheinin, Juan Luís Orrego Penagos⁷. No caso do Brasil cabe citar as obras de Avrahan Milgram, Jeffrey Lesser, Fábio Koifman e Maria Luiza Tucci Carneiro⁸.

⁵ Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001; *Cidadão do Mundo. O Brasil diante da questão dos refugiados judeus (1933-1948)*. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência junto a FFLCH/USP, 2001.

⁶ Haim Avni, “Peru y Bolívia. Dos naciones andinas y los refugiados judíos durante la Era Nazi”. Separata de *El Genocidio ante la Historia y la Naturaleza Humana*, *Op. cit.*, pp. 327-361; “El Antissemitismo bajo regimenes democráticos y sistemas dictatoriales: la experiencia de las comunidades judías latinoamericanas”. Separata de Maishavot/Pensamientos. Ano XXXIII, n° 1-2, enero-junio 1994. Tevet-Sivan 5754, pp.7-42; “Cárdenas, México y los refugiados 1938-1940. Separata de E. I. A. L v. 3, n° 1, 1992, Universidad de Tel Aviv, pp. 5-22”; Entre Bermuda y Santa Rosa. El rescate de judíos durante el Holocausto en perspectiva mexicana. Separata da Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales. UNAM, Ano XLI, octubre-diciembre 1996, n° 166, pp.133-163.

⁷ Os estudos destes autores estarão reunidos na coletânea *O Antissemitismo nas Américas. História e Memória*, organizada por Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: Editora Perspectiva (no prelo).

⁸ Jeffrey Lesser, *A questão judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995; Avrahan Milgram, *Os judeus do Vaticano. A tentativa de salvação de Católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1995; Marcos Shor Maio, *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento antissemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992; Fábio Koifman, *Quixote nas trevas. O Embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

No seu conjunto, estudos desta natureza nos permitem compor um amplo painel expressivo do papel desempenhado pela América Latina no salvamento dos judeus durante o Holocausto e no acobertamento de refugiados nazistas no pós-guerra. Ao analisarmos a posição internacional assumida pelo Brasil -- principalmente após o ano de 1938, quando ocorreu a anexação da Áustria pela Alemanha, e após 1941, quando a Alemanha invadiu a Rússia e deu início ao extermínio em massa dos judeus -- temos a oportunidade de avaliar o processo de configuração do expansionismo nazifascista em território nacional. Nessa mesma época, o governo americano através da figura do Presidente Roosevelt convocava todos os países a participar da Conferência de Evian (1938) de forma a tornar pública seus esforços para salvar as vítimas alemãs e austríacas do inferno nazista. Percebemos que quanto mais que se agravavam as perseguições antissemitas empreendidas pelo III Reich, mais os países da América Latina emergiam como lugares apropriados para refúgio. E, para alguns desses países latino-americanos, os refugiados judeus eram ainda uma incógnita, se considerarmos que as grandes comunidades judaicas estavam concentradas na Argentina e no Brasil⁹.

Hoje – ao lermos nos jornais as notícias sobre Kosovo, a ação bárbara de grupos neonazistas que pedem a morte de ciganos, homossexuais, judeus e negros e as críticas contra Israel – temos a impressão de estarmos lidando com uma velha história. Imagens veiculadas pela TV nos fazem recordar antigos *pogroms*: lojas abandonadas, galerias saqueadas, vidraças estilhaçadas, velhos e crianças andando a esmo em busca de um abrigo. A violência simbólica é sempre o ponto de partida para a violência física, material. Casas bombardeadas e queimadas e aldeias vazias se contrapõem aos acampamentos superlotados habitados pelas vítimas dos extremismos. Sombras nas janelas espreitam sem mostrar seus rostos assustados, transfigurados pelo desespero. O medo mora nessas almas desalojadas pela intolerância. De repente, o mundo – observado através dos multicanais – encontra-se possuído por novos demônios renascidos das cinzas do Inferno.

O antissemitismo retorna com algumas de suas características seculares: de reorganização do mundo a partir de uma teoria que, para este

⁹ Haim Avni, “Peru y Bolívia. Dos naciones andinas y los refugiados judíos durante la Era Nazi”, *Op. cit.*, p. 327.

século XXI, assumiu novas variáveis. Assim, o componente “nazista” no discurso antissionista não é casual. Segundo Senkman, em palestra recente na Universidade de São Paulo, pretende-se (des)legitimar o Estado de Israel enquanto Estado-nação e desumanizar o judaísmo. Retoma-se a teoria da conspiração lapidada com novos motivos, responsabiliza-se Israel pelo conflito no Oriente Médio, além de colocar os judeus como aliados do imperialismo americano. Mitos mobilizadores – cujo sucesso não deve ser ignorado nas décadas de 1930-1940– vão sendo (re)semantizados e inseridos no circuito da globalização¹⁰.

Persiste o princípio da viscosidade e da barbárie interpretado como inerente à natureza judaica. A multiplicação do ódio aos judeus continua a não tem nenhum compromisso com a razão e enquanto fenômeno sociopolítico deve ser denunciado e abominado. Cabe aos intérpretes desta realidade – jornalistas, historiadores e cientistas políticos – reconstituir, de forma multidisciplinar, a gênese desse sentimento que tem suas raízes na deflagração da modernidade.

A velha tradição antissemita

Inúmeros são os intelectuais que, engajados na política, defendem o conceito de um novo antissemitismo para a história da intolerância no século XXI. Dentre estes estão Bernard-Henri Lévy, pensador francês da atualidade, e Leonardo Senkman, historiador da Universidade Hebraica de Jerusalém. Entrevistado em julho de 2002, Lévy declarou acreditar em um novo tipo de antissemitismo que *é*, ao mesmo tempo, original e antigo:

É novo porque é centrado num novo argumento, que é o ódio a Israel. O argumento principal é a diabolização de Israel, a satanização de Ariel Sharon e a identificação de todos os judeus com o primeiro-ministro israelense. Mas, como sempre na história do antissemitismo, temos uma reformulação de velhas histórias, com antigos argumentos retornados e sendo reciclados¹¹.

¹⁰ Cf. Leonardo Senkman em palestra de abertura do workshop *Identidades coletivas, antissemitismo e representações da alteridade*. São Paulo/USP: Centro de Estudos Judaicos, Programa de Pós-Graduação de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas e Internacional Center for University Teaching of Jewish Civilization/Israel, 2002.

¹¹ Bernard-Henri Lévy, “Existe um novo tipo de antissemitismo”. Entrevista realizada por Anel Fingerman. *O Globo*, 2/06/2002. Reproduzido em:

Esse novo antissemitismo, na opinião de Lévy, nada mais é do que velho tema enterrado na memória do Ocidente e que voltou num novo formato. A título de exemplo temos a recuperação das imagens do judeu errante (representado na figura do judeu apátrida, sem terra e sem pátria por tradição), do judeu deicida (dos judeus assassinos de Cristo e de crianças), do judeu estrangeiro (o estranho na terra dos outros) e do judeu conspirador. Tomando estes elementos como referência, veremos que, tanto a mídia nacional como a internacional, se alimentam de uma velha tradição antissemita para interpretar a crise do Oriente Médio. Valores antissionistas e antissemitas são empregados de forma a confundir a opinião pública que, nem sempre, interpreta os fatos levando em consideração a perspectiva histórica. A maioria dos discursos tem como fonte a realidade em marcha delineada pela crise entre palestinos e israelenses, que extrapola as fronteiras do conflito propriamente dito para além do político, assumindo dimensões culturais.

A atual situação no Oriente Médio cria uma certa porosidade que propicia a proliferação de ideias antissemitas, muitas das quais se encontram em constante estado de hibernação. E toda vez que o antissemitismo emerge enquanto fenômeno social e instrumento político retrocedemos no árduo processo de democratização e reconhecimentos dos Direitos Humanos. Avaliando a produção das notícias sobre a crise no Oriente Médio pelo viés da macromemória, constatamos que o mundo se esqueceu do que foi o Holocausto enquanto crime hediondo praticado pelo Nazismo.

Líderes políticos, profissionais da imprensa e jovens ativistas – como que envolvidos por uma ilusão comovedora – apelam para um vocabulário que bordeja um tenebroso abismo. Tanto a seleção de imagens quanto os textos “construídos” pelos articulistas da mídia encontram-se filtrados por um ideário antissemita de tradição secular fundamentado na mentira, na distorção e omissão de informações históricas. E os silêncios propositais, como muito bem já atestou a História, abrem fissuras – ainda que sutis – para a prática do racismo sem limites. Haja vista a onda de intolerância ocorrida desde o final do ano 2000 na Itália, Bélgica, França e Ucrânia quando sinagogas e cemitérios judaicos foram alvos de agressões antissemitas. E não devemos aqui ignorar a tradição antissemita da França que, em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, produziu uma

<http://oglobo.globo.com/Mundo/22112307.htm>

ampla literatura antijudaica, consumida como matriz teórica por outros intelectuais antissemitas, inclusive brasileiros.

É nesse contexto – o da distorção da História e o lugar da memória – que insistimos sobre o perigo do discurso antissemita que, nos dias atuais, prolifera tanto entre os partidários da extrema-direita como entre os adeptos da esquerda, ambos “contaminados” por esse veneno secular. Para sermos justos, não devemos pesar na mesma balança os atos nazistas, sionistas e terroristas. Avaliações simplistas ofuscam a interpretação dos fatos que, atualmente, se faz modelada por valores maniqueístas. Como muito bem frisou o escritor israelense Amos Oz, estão em questão dois projetos políticos distintos que merecem nosso total apoio: o da nação palestina de libertar-se da ocupação e tornar realidade a criação de um Estado palestino independente; e o da nação de judaica de ter o seu Estado reconhecido enquanto direito natural. Condenar a sobrevivência do Estado judeu, livre e soberano ou a criação de um Estado palestino significar ignorar o direito que ambos os povos têm à terra.

Terrorismo e fanatismo não devem servir de ingredientes para uma guerra que se diz “Santa” em Terra Santa. É neste contexto – o da desrazão – que o antissemitismo encontra campo para proliferar comprometendo as negociações de Paz, já desgastadas pelo constante processo de manipulação das versões sobre o conflito. É incrível a dificuldade que as nações ditas civilizadas têm para se desvencilhar dos mitos, alguns seculares. Dentre estes, o do judeu errante, o do judeu deicida, o do judeu estrangeiro, invasor e o judeu conspirador.

E o Brasil não pode deixar-se contaminar pelo ódio e a intolerância que, num passado não tão longínquo, marcaram seu passado de nação. Haja vista que o governo brasileiro, em diferentes momentos de sua história política, oscilou entre o diálogo democrático e o monólogo autoritário. Colocando-se a favor da destruição de Israel e da expulsão dos judeus de sua terra, nós brasileiros – judeus e não judeus – estaremos apoiando o fanatismo desenfreado, pautado na ignorância. O que os fanáticos não querem entender é que sionismo não é imperialismo; enquanto que terrorismo é uma guerra travada pelo Islã fanático.

Não podemos ignorar que em 1975 rompeu-se a equidistância pragmática (de conciliação) sustentada pelo governo brasileiro desde a criação do Estado de Israel. Atingido pela crise mundial do petróleo, o

Brasil optou por uma postura radical: votou na Assembleia Geral da ONU a favor da Resolução nº 3.379 que qualificava o *sionismo como forma de racismo e discriminação racial*. E, a partir da Intifada, a mídia brasileira reforça a associação negativa entre sionismo/ racismo ao rotular Israel de “potência racista e exterminadora”, cujo regime é comparado ao *apartheid* da África do Sul. Essas imagens – deturpadas pela ignorância, interesses políticos e econômicos – implicam parcialidade de julgamentos, expressando as condições limitadas daqueles que as interpretam.

Não é de hoje que um antissemitismo velado serpenteia pela mídia brasileira que, desde 1947 e principalmente a partir da Guerra dos Seis Dias (5 a 11/6/1967), ignora que a formação do Estado de Israel tem uma dimensão histórica. Matérias comprometidas com as percepções dos sentidos (paixões e emoções) apresentam Israel como um país “expansionista”, “usurpador de cidadania”, “força de ocupação”, “opressor” etc., versão reforçada pelos livros didáticos de História e Geografia Geral. Os países árabes aparecem como vítimas massacradas pelos judeus, estes descritos como “povo armado e dominador”; Israel é descrito como o vilão da história. Massacre e chacina tornaram-se palavras usuais para classificar as ações militares do Estado de Israel.

Em 1947, a imprensa carioca mostrou-se emocionada com o enforcamento de dois sargentos ingleses sequestrados pelo Irgun (milícia clandestina judaica) sem, no entanto, mostrar qualquer indignação ante as façanhas praticadas em represália pela soldadesca britânica em Tel-aviv que, além de metralhar o povo nas ruas, incendiou dois cafés de propriedade judaica e investiu de carro contra a multidão que assistia ao enterro de cinco vítimas dessa chacina. Alguns jornalistas – sem distinguir “terroristas” de “partisans” – chegaram a comparar os métodos do Irgun ao da Gestapo, polícia política do III Reich. Em 1967, o *Jornal do Brasil* retomou essa tática discursiva ao comparar as investidas militares israelenses às táticas nazistas, ao mesmo tempo em que os terroristas palestinos eram tratados como “guerrilheiros”, “ativistas” e “desalojados”¹².

¹² Cf. Revista *Aonde Vamos?*, 7.08.47 *Jornal do Brasil*, 1/06, 6/06 e 1/07/1967. Um amplo levantamento nesta direção foi realizado por Diana Kuperman, “Mídia e Oriente Médio: uma relação de guerra e paz” In: Norma Breda dos Santos (org.), *Brasil e Israel. Diplomacia e Sociedade*. Brasília: Eunb, 2000, pp. 235-264.

Em janeiro de 2001, o sociólogo Emir Sader, comprometido com sua visão parcial acerca dos conflitos no Oriente Médio, publicou na coluna Opinião da *Folha de S. Paulo*, suas críticas a Israel fundadas no velho discurso “à moda dos Protocolos”. Essa mesma coluna abriu espaço em fevereiro de 2002 para a “opinião” de Gabriela Wolters que, para compor seu artigo “Os guetos de Sharon”, apelou para uma análise sobre a dimensão da barbárie israelense igualada, genericamente, à barbárie nazista. Ao acusar os israelenses de estarem enclausurando os palestinos em “guetos e campos de extermínio semelhantes àqueles criados pelos nazistas durante a II Guerra Mundial”, a autora ignora conceitos históricos, reafirmando a sua hipótese de que “os segregados de ontem são os segregadores de hoje”.

No entanto, essa apropriação do discurso nazista não é um “demérito” apenas de intelectuais brasileiros. Em março de 2002, o escritor português José Saramago – Prêmio Nobel de Literatura e autor popular em Israel, com livros traduzidos para o hebraico – comparou a repressão israelense a “uma forma mais perversa de apartheid”. Após ter se encontrado com o líder palestino Arafat em Ramallah, José Saramago fez jus ao título de uma de suas obras mais recentes Ensaio sobre a Cegueira: comparou o sofrimento dos palestinos, sob a ocupação das tropas israelenses, com o sofrimento dos judeus nos campos de concentração nazistas. Referindo-se aos campos palestinos observou: “... tudo isso tem um ar de campo de concentração que me faz lembrar de Auschwitz...”. Nessa mesma data, um atentado suicida num hotel da cidade de Netania, praticado por um extremista palestino do Hamas, deixava pelo menos 16 mortos e 130 feridos (24 em estado grave). No momento do ataque, as vítimas (todas civis) reuniam-se para comemorar o início do Pessach (Páscoa judaica).

O lugar da memória

Constatamos que o velho antissemitismo não desapareceu com a morte de Hitler em 1945 e que a singularidade de Auschwitz não se esgotou com o julgamento de Nuremberg, quando dirigentes nazistas foram julgados por crimes contra a humanidade. O nazismo, com certeza, não se esgotou no Holocausto judeu, e as consequências dessa tragédia ainda não foram totalmente avaliadas, dada a dimensão da sua monstruosidade, até hoje incompreensível. Aliás, essa é uma das forças do antissemitismo: *de renascer das cinzas e retornar disfarçado de modernidade, de se manter e se propagar*

conseguindo sempre novos adeptos. E toda vez que o antissemitismo emerge enquanto fenômeno social e pretexto político, retrocedemos no árduo processo de democratização e reconhecimento dos Direitos Humanos.

Poderíamos aqui citar exemplos de candidatos políticos, jornalistas, renomados escritores e intelectuais (alguns dos quais brasileiros) que, em seus artigos e pronunciamentos recentes se apropriaram do discurso nazista para explicar a crise no Oriente Médio ou o problema dos sem-terra no Brasil. Ao invés de *informar, desinformam*, confundindo aqueles que não conseguem distinguir o Holocausto de outros genocídios. Daí a necessidade de explicarmos aos nossos jovens (e porque não, também os adultos – professores e militantes políticos, principalmente?) o significado da Solução Final para as minorias étnicas perseguidas pelos nazistas.

Espinosa, em uma de suas reflexões a respeito das *coisas humanas*, afirmou: “... *devemos procurar sempre não rir, não chorar, não se indignar, mas compreender*”. No entanto, sabemos o quanto é difícil (até mesmo impossível) *compreender* o que foi o Holocausto. Renomados cineastas escolheram representá-lo através do humor; outros optaram por recriar cenas tão próximas a realidade que conseguiram tocar fundo a alma dos espectadores mais insensíveis. Mas, em qualquer situação, é difícil não se indignar diante do grau de degradação humana vivenciada por aqueles que estiveram em um campo de concentração. Este “estado de espírito”, cineasta algum conseguirá recriar em filme dada a dimensão de tragédia alcançada pela Shoá. Mas, nada nos impede de reconhecer que cada vítima tem um valor absoluto se considerado o grau de injustiça cometido contra ela. Cada fato, como Auschwitz ou Hiroshima, tem lugar próprio no espaço da memória, tanto individual quanto coletiva.

Estratégias de luta contra o novo antissemitismo

Cabe a nós, através da educação formal e informal sensibilizar nossos jovens para a singularidade de Auschwitz e para a capacidade inesgotável do ser humano de fazer o Mal. Não podemos deixar que o mundo fique cego e que a memória se apague. E, se isso acontece, o todo se converte em Nada, porque o homem, preocupado em julgar, se abstém do passado histórico. É quando retrocedemos aos escombros da ignorância. É como se todos procurassem fazer, à moda do escritor José Saramago, um “ensaio sobre a cegueira”. Às vezes, me parece que o mundo esqueceu-se do que foi

o Holocausto enquanto crime hediondo praticado pelo Nazismo. É com esta preocupação – *a de não esquecer*, de lembrar sempre – que insisto na importância de assumirmos o Holocausto como um tema permanente na educação, formal e informal, dos nossos jovens. E esta questão diz respeito também aos não judeus, reprodutores incansáveis do antissemitismo, cujos limites devem ser constantemente avaliados.

Rememorar o Holocausto nos coloca em estado de alerta contra uma possível *reprodução das circunstâncias históricas* que deram origem ao plano de extermínio arquitetado pelos nazistas. Mas é preciso lembrar, ainda que parcelas da sociedade estejam interessadas em silenciar ou, então, em distorcer os fatos. Precisamos estar atentos a esta produção intencional de silêncios procurando compreender a razão do não dito, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de “implícito” ou de “não querer lembrar”. O *não dizer* está, na maioria das vezes, ligado à história e à ideologia. Portanto, não deve ser interpretado como um mero acidente de linguagem, mas como um “ato de intenção”. E, para isso, os nossos jovens têm que estar instrumentalizados (sensibilizados) para perceber os silêncios e as deturpações. Muitos estudantes sequer conhecem as verdadeiras dimensões do que foi o nazismo ou as consequências das absurdas teorias racistas de Hitler e seus seguidores para a humanidade. E a ignorância conquista espaço em meio a este mundo em que a violência e assassinatos em massa emergem como métodos aceitáveis e, até mesmo, justificáveis.

Aqui está o desafio: em “quebrar” a corrente do silêncio, ajudando a lembrar. Lembrar sempre que foi o Estado nazista que arquitetou, de forma lógica e sistemática, a destruição de um povo: o povo judeu. Que foi a mente maquiavélica e calculista de Hitler que, subsidiada pelo aparelho burocrático do Estado, espalhou o ódio contra os judeus, homossexuais, ciganos, comunistas, testemunhas de Jeová e outras tantas minorias. A Ciência, ao invés de apenas salvar os homens da morte, também foi acionada para matar. O primeiro apoio que Hitler recebeu foi das universidades. Foi nos institutos de pesquisa nazistas que antropólogos, psiquiatras, médicos e geneticistas decidiram, através de seus estudos, os limites entre a vida e morte. Portanto, ao rever a história do III Reich, constatamos que as universidades também “formam monstros”: é nos centros de educação que os nossos jovens aprendem a pensar (para o Bem ou para o Mal).

Isto nos mostra que a educação só tem sentido se for humanizada. Portanto, cabe a nós educadores – numa ação conjunta com os representantes da sociedade civil – formular políticas públicas de combate às ideologias racistas. Estratégias devem ser adotadas em dois níveis distintos: na infância e na adolescência. Tanto Janusz Korczak como Theodor Adorno enfatizaram a importância de mudarmos a educação; caso contrário, não conseguiremos mudar o mundo. O estudo interdisciplinar do Holocausto poderá colaborar para a afirmação de uma série de princípios democráticos que, no seu conjunto, devem reger a vida social e política de toda a nação que valoriza a dignidade humana e a igualdade de direitos.

Iniciativas nesta direção já estão sendo desenvolvidas pela Universidade de São Paulo que, nestes últimos anos, tem oferecido cursos sobre as múltiplas formas de expressão da intolerância. Nos anos 70, Anita Novinsky foi pioneira ao introduzir os estudos inquisitoriais com o objetivo de mudar a visão de mundo de nossos jovens universitários. A partir de 1990, cursos específicos sobre racismo e antissemitismo começaram a ser ministrados pelo Departamento de História e pelo Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas, ambos da FFLCH. Teses inéditas produziram conhecimentos sobre as práticas antissemitas, o Holocausto, políticas imigratórias e imprensa antissemita no Brasil. Em junho de 2002, organizamos a *I Jornada Interdisciplinar sobre Holocausto*, dedicada a orientar professores de I e II graus, e universitários. Em 25 de novembro próximo, será inaugurado na USP o *Laboratório de Estudos sobre a Intolerância* presidido por Anita Novinsky, projeto pioneiro de incentivo a pesquisa sobre a intolerância, o primeiro na América Latina.

O que mais poderemos fazer, além de incentivar a pesquisa, ministrar cursos e seminários? Experiências podem ser retomadas e aprimoradas, como, por exemplo,: incentivar os sobreviventes dos campos de concentração a escreverem suas memórias e a publicarem seus diários; tornando disponível às escolas e aos pesquisadores um banco de dados sobre os sobreviventes do Holocausto radicados no Brasil; divulgar entre os jovens a obra de Lasar Segall, enquanto libelo social contra a intolerância e a guerra; empreender uma revisão dos livros didáticos que silenciam sobre o antissemitismo; criar jornadas educacionais permanentes, dedicadas a recuperar o sentido da vida e da morte nos momentos de degeneração do eu. Enfim, a preservação da memória da Shoá -- ainda que uma página triste na história da Humanidade -- deve ser (re) vista como uma das formas possíveis de luta e de repúdio ao

antisemitismo. E a educação tem aqui um importante papel a cumprir, como muito bem lembrou um aluno ao seu professor:

Caro professor:

Eu sou um sobrevivente de um campo de concentração. Meus olhos viram o que nenhum ser humano deveria testemunhar: câmaras de gás construídas por engenheiros ilustres, crianças envenenadas por médicos altamente especializados, recém-nascidos mortos por enfermeiras diplomadas, mulheres e bebês assassinados e queimados por gente formada em ginásio, colégio e Universidade. Por isso, caro professor eu duvido da educação. E eu lhe formulo um pedido:

Ajude seus estudantes a se tornarem humanos. Seu esforço, professor, nunca deve produzir monstros eruditos e cultos, psicopatas e Eichmans educados.

Ler e escrever aritmética são importantes somente se servirem a tornar nossas crianças seres mais humanos.